

Parantim
A por to 98 57 13

Kátia Vasco *

O procurador da República no estado da Bahia, Robério dos Anjos, denunciou no início deste mês, que o governo brasileiro tenta mais um acordo lesivo aos povos indígenas para privilegiar sua meta de privatizações. Pelo termo assinado entre a Fundação Nacional do Índio (Funai) e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), os índios Tuxá serão cooptados financeiramente em troca de zerar a dívida social da Hidrelétrica de Itaparica e facilitar a venda da Companhia.

Desde 1986, quando foram transferidos de sua terra tradicional para a construção da barragem, os Tuxá reclamam o cumprimento do programa que garantiria o reassentamento dos índios (cerca de 700) em outra área, obras de engenharia e assistência técnica que permitissem aos índios retomar suas atividades de agricultura e pecuária.

Passados 12 anos, nada foi feito. Os índios não foram reassentados, convivem com divisões internas, passam necessidades econômicas, sofrem com a falta de assistência à saúde e à educação e tiveram seu modo de vida completamen-

te alterado por consequência da obra. Desde a remoção de sua terra tradicional, os Tuxá sobrevivem com o pagamento, pela Chesf, de uma verba de manutenção temporária no valor atual de R\$ 226,00 mensais.

Indenização em dinheiro

A proposta do acordo entre as duas empresas prevê a substituição do assentamento por indenização em dinheiro, o mais rápido possível. Para a Procuradoria da República, esta transação não tem a anuência do órgão por se tratar de um "trabalho de bastidores" com a única preocupação de garantir a privatização da Chesf. Pelo cronograma do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Companhia será privatizada no primeiro semestre do próximo ano. A Procuradoria denuncia também que os índios estão sendo pressionados a aceitar a proposta e que a indenização em dinheiro representa mais uma ameaça à integridade cultural do povo Tuxá, podendo ser suspensa por ação judicial.

* Assessora de Imprensa do Cimi